

*Juntos na Plenária dos empregados da*  
**ELETROSUL**



**SINDICATOS QUE COMPÕEM A INTERSUL  
REALIZAM PLENÁRIA PARA APROVAÇÃO DA  
PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA ACT 2016/17**

**A MIRA DO CANHÃO APONTADA  
DE NOVO PARA A ELETROSUL**

*pg. 2-3*

**AINDA NO AGUARDO DA  
PESQUISA SALARIAL**

*pg. 3*



# Juntos na Plenária dos empregados da ELETROSUL



## SINDICATOS QUE COMPÕEM A INTERSUL REALIZAM PLENÁRIA PARA APROVAÇÃO DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA ACT 2016/17

No próximo sábado, dia 02 de abril, trabalhadores da Eletrosul estarão reunidos em Jaraguá do Sul para a tradicional Plenária dos Empregados. Realizada pelos sindicatos que compõem a Intersul a Plenária fará a aprovação das Pautas de Reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho 2016/17.

A Pauta Nacional, negociada para todas as empresas do grupo Eletrobras, que será posta em aprovação foi definida no Planejamento do Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE), em Manaus-AM, nos dias 16, 17 e 18 de Março. Conforme já relatado na última edição do

**"A luta contra as privatizações no setor elétrico foi definida como uma das principais bandeiras desta data-base"**

Linha Viva, dirigentes dos sindicatos da Intersul participaram do debate no CNE, onde a luta contra as privatizações no setor elétrico foi definida como

uma das principais bandeiras desta data-base.

Na Plenária também serão debatidos os encaminhamentos das reivindicações que vieram das assembleias e que não foram contempladas no fechamento da Pauta Nacional e que deverão ser tratadas especificamente com a Eletrosul.

Neste momento é novamente necessário que todos estejam unidos e mobilizados. Os sindicatos, junto com os trabalhadores, devem lutar em defesa dos direitos da categoria e pela manutenção da empresa pública!

## A MIRA DO CANHÃO APONTADA DE NOVO PARA A ELETROSUL

*Trabalhadores assombrados novamente pelo fantasma da privatização*

A mudança dos rumos da Eletrosul está alarmando os trabalhadores. Há bem pouco tempo a gestão da Eletrosul e as ações de sua diretoria estiveram voltadas para a ampliação dos investimentos, apresentando os ativos de geração de fonte eólica como a "menina dos olhos" e, intensificando a participação no mercado de Transmissão de Energia que é a principal fonte de receita da empresa.

Perplexos, os trabalhadores percebem agora que planos para privatizar a Eletrosul parecem caminhar a todo vapor. Nesta segunda-feira (dia 28/3) vazou na imprensa informação de que o banco Credit Suisse foi contratado pela Eletrobras para prestar consultoria em um plano para a venda de ativos da Eletrosul, que incluem linhas de transmissão de energia e usinas eólicas. Parte desta venda aconteceria ainda neste ano. Segundo as fontes, que falaram sob a condição de anonimato à agência Reuters, a companhia espera levantar cerca de R\$ 2 bilhões com a venda total ou parcial dos ativos. Mais preocupados ainda ficam os trabalhadores e suas entidades representativas, considerando a posição da própria diretoria da Eletrosul que há alguns meses já deixou escapar nos corredores da empresa a existência de tal plano de desinvestimento.

Conforme publicação no Diário Oficial da União do dia 11/12/2015, o Banco Credit Suisse foi contratado por 8 milhões de reais, por Inexigibilidade de Licitação. O objetivo dessa contratação é o de que o Ban-

co possa atuar como seu único assessor financeiro com relação à operação de "otimização de ativos para a realização de ações e medidas, que incluem, mas não se limitam, à venda de ativos, à concretização de parcerias societárias em ativos e/ou projetos ou reestruturação societárias para a gestão do Fluxo de Caixa da Eletrosul". A direção dos sindicatos que compõem a Intersul e os trabalhadores se perguntam o real significado da expressão "não se limitam à venda de ativos". Quem sabe poderá ensejar o "aluguel ou a venda de trabalhadores" junto com esses ativos? Será a guinada definitiva da gestão da empresa, a caminho da privatização?

Não podemos nos esquecer que em 1998 o banco Credit Suisse, na época sob o nome Credit Suisse First Boston, também foi contratado pela Eletrobras, para faturamento e venda dos ativos da Eletrosul, Furnas, Eletronorte e Chesf. Hoje, a totalidade do parque gerador da Eletrosul daquela época pertence à iniciativa privada.

Considerando a importância das empresas estatais do ramo de energia para a soberania do país, a par de sua função social indiscutível, os rumos seguidos pelas direções da Eletrobras e da Eletrosul são diametralmente opostos ao que se espera como política pública necessária para garantir a produção de melhores condições de vida para a população brasileira, e uma ameaça concreta aos trabalhadores.



## CRISE POLÍTICA AFETA TODA A SOCIEDADE

*Onde foi parar o princípio da supremacia do interesse público?*

Nesta semana a população brasileira assistiu mais um episódio da crise política que se instalou no país. O PMDB, principal aliado do Governo Federal e partido do Vice-Presidente da República, abandonou o barco e anunciou sua saída. Apesar de que alguns Ministros ainda permanecem ocupando seus cargos, a debandada deve se intensificar nos próximos dias. Mesmo antes da decisão oficial do PMDB de deixar o Governo, a crise política já havia movimentado os cargos e indicações em Santa Catarina, inclusive na Eletrosul. Adiantados à manifestação do diretório nacional do partido, o PMDB estadual havia comunicado duas semanas atrás o desembarque do governo, com a entrega de todos os cargos ocupados nas empresas e órgãos federais do Estado. Em desacordo com a decisão do diretório estadual, uma nota veiculada pela própria Eletrosul afirmava que o presidente Djalma Berger

e o diretor Paulo Afonso Vieira fariam no cargo até a decisão do diretório nacional, o que de fato, não ocorreu. O Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, mandou exonerar os dois dirigentes da Eletrosul e, para o lugar do presidente trouxe de volta Márcio Zimmermann, que já havia ocupado a cadeira por pouco tempo em 2016. Mas se não é segredo a ligação de Zimmermann com o próprio PMDB, o que esperar agora na Eletrosul? Por quanto tempo fica o novo presidente? Os trabalhadores da Eletrosul, assim como toda a sociedade brasileira já estão cansados de ver os jogos de interesse e conveniências políticas interferindo diretamente na gestão das empresas públicas, onde deveriam estar resguardados os interesses de toda a sociedade. Ao assistir a dança das cadeiras e o uso político dos cargos públicos, os sindicatos que compõem a Intersul, os trabalhadores e a população brasileira se

perguntam, onde está o "princípio da supremacia do interesse público"? Tal princípio, segundo a constituição brasileira e preceitos básicos da Administração Pública, deveria estar presente tanto no momento da elaboração das leis, como no momento da sua execução. Deveria, portanto, inspirar os legisladores, governantes e todas as demais autoridades administrativas em toda a sua atuação. É este princípio que todos nós aguardamos enquanto assistimos a tantos anos de empresas públicas como a Eletrosul, que deveriam ser agentes facilitadores das principais políticas públicas de interesse da sociedade brasileira, sendo usadas para acomodar interesses e apaziguar as tensões políticas. Já é mais do que chegada a hora da sociedade exigir de governantes e administradores públicos em todos os níveis, o respeito ao princípio da supremacia do interesse público!

## AINDA NO AGUARDANDO DA PESQUISA SALARIAL

*Intercel cobra retorno do Grupo de Trabalho que debate a revisão do PCS*

Com o Grupo de Trabalho paralisado desde início de março, os representantes da Intercel cobraram da Celesc a retomada das discussões sobre o Plano de Cargos e Salários dos trabalhadores da empresa.

Originado de cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, o GT ainda aguarda a manifestação da empresa sobre pesquisa salarial encomendada para dar subsídios aos debates do coletivo. Após questionamento da Intercel a Celesc, por meio de seus representantes no GT, informou que já enviou à consultoria contratada os dados e aguarda o retorno para convocar uma nova reunião do grupo.

A discussão sobre a revisão do Plano de Cargos e Salários dos celesquianos é um dos grandes anseios da categoria. A Intercel comunicará aos trabalhadores o andamento do GT e fará o debate com a categoria para que a revisão do PCS seja justa.



LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC  
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)  
Conselho Editorial: Mario Jorge Maia  
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC CEP 89216-000 | (047) 3028-2161 |  
E-mail: sindsc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

# AMEAÇAS

*pairam sobre os direitos trabalhistas e sociais*

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), em parceria com entidades da sociedade civil, fez um estudo sobre matérias que estão nas mãos do poder Legislativo brasileiro e que reduziriam drasticamente os direitos que a população possui atualmente. Dentre as propostas mais absurdas são encontradas, por exemplo, a redução da idade laboral (que hoje é de 16 anos e, se aprovada nova legislação, passa-

ria para 14 anos de idade), a livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato, a regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal e privatização de todas as empresas públicas.

É importante lembrar que vivemos num momento em que o golpe de Estado foi colocado

na ordem do dia e que a Câmara de Deputados mais conservadora da história do país se esforçaria imensuravelmente para aprovar tais matérias que retiram cada vez mais os direitos dos trabalhadores e de toda a população. Nesse sentido, a luta contra o golpe é de particular importância como a luta pela perpetuação dos direitos já conquistados e que os golpistas querem retirar dos trabalhadores no país.



Listamos abaixo 10 das 55 propostas que tem impacto direto sobre os trabalhadores. Para a lista completa acesse o portal Carta Maior ([www.cartamaior.com.br](http://www.cartamaior.com.br))

- 1 - Regulamentação da terceirização (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado);
- 2 - Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara);
- 3 - Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato (PL 8294/2014 – Câmara);
- 4 - Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado);
- 5 - Susta a NR 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (PDC 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 – Senado);
- 6 - Susta NR 15, do Ministério do Trabalho e Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto (PDC 1358/2013 – Câmara);
- 7 - Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 – Câmara);
- 8 - Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 – Câmara);
- 9 - Retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara);
- 10 - Privatização de todas as empresas públicas (PLS 555/2015 – Senado);